

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.424.501 - SC (2019/0001643-3)**

**RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS : DIEGO SOUZA GALVAO - RS065378**  
**TATIANE BELLOMO DA SILVA - RS068466**  
**FERNANDO FREITAS GALANT - SC031030**  
**TOMAS ESCOSTEGUY PETTER E OUTRO(S) - SC040797**  
**AGRAVADO : VOLMAR LUCIO MELO**  
**ADVOGADOS : CELSO ALMEIDA DA SILVA - SC023796**  
**CASSIA CRISTINA DA SILVA E OUTRO(S) - SC023809**  
**MAIKO ROBERTO MAIER - SC031939**

**DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo interposto por OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. SUBSCRIÇÃO DEFICITÁRIA DE AÇÕES. LEGITIMIDADE PASSIVA DA BRASIL TELECOM COMO SUCESSORA DE EMPRESA ESTATAL PRESTADORA DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, E PARA RESPONDER PELAS AÇÕES DA TELESC CELULAR ("DOBRA ACIONÁRIA"). POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO DE PAGAMENTO DOS DIVIDENDOS. PRESCRIÇÃO INOCORRENTE. INTERRUÇÃO DO PRAZO EM FACE DO AJUIZAMENTO DE CAUTELAR PREPARATÓRIA DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO. RECONHECIMENTO DO DIREITO À "DOBRA ACIONÁRIA". CRITÉRIOS ESTABELECIDOS EM PORTARIAS MINISTERIAIS QUE NÃO PREVALECEM. RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO PELAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DO CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MANTIDOS EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 85, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015, E A ORIENTAÇÃO QUE PREVALECE NA CÂMARA. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM RAZÃO DO TRABALHO REALIZADO EM GRAU DE RECURSO PELO ADVOGADO DO APELADO. ARTIGO 85, § 11, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. RECURSO DESPROVIDO.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto no art. 170, §3º, da Lei nº 6.404/76. Alega que não há retribuição acionária no contrato PCT do caso em tela, arguindo a distinção na forma de retribuição acionária entre os regimes de PEX e PCT.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 368-372.

É o relatório. Decido.

2. A matéria relativa ao art. 170, §3º, da Lei nº 6.404/76 e ao dissídio jurisprudencial sobre esse dispositivo legal, na ótica arguida pela parte recorrente, não foi objeto de discussão no acórdão recorrido, nem foram opostos embargos de declaração opostos para sanar eventual omissão. É entendimento assente no Superior Tribunal de Justiça a exigência do prequestionamento do tema, ainda que a contrariedade tenha surgido no julgamento do próprio acórdão recorrido. Incidem, na espécie, as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

3. Além disso, especificamente quanto ao dissídio jurisprudencial, observa-se que o conhecimento do recurso fundado na alínea “c” do permissivo constitucional pressupõe a demonstração analítica da alegada divergência. Para tanto, faz-se necessário a transcrição dos trechos que configurem o dissenso, mencionando as circunstâncias que identifiquem os casos confrontados, ônus do qual não se desincumbiu a parte recorrente.

Nesse sentido o AgRg no Ag 1004354 / RS, Relator Ministro Carlos Fernando Mathias (Juiz convocado do TRF 1ª Região), DJe 04.08.2008 e o AgRg no Ag 657431/SC, Relator Ministro Fernando Gonçalves, DJe 23.06.2008.

4. Ante o exposto, nego provimento ao agravo, majorando os honorários advocatícios do patrono da parte agravada em 1% (um por cento) ao percentual fixado na origem, nos termos do art. 85, §11, do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator